

QUINTA EDIÇÃO DA INICIATIVA DE MÍDIA AFRODAD

Papel da mídia na promoção da posição da África sobre justiça reparative

Local: The Capital Empire Sandton



1. Introdução

O Fórum e Rede Africana sobre Dívida e Desenvolvimento (AFRODAD), em parceria com o [Monitor Africano](#), o [Instituto de Justiça Econômica \(IEJ\)](#) e a [campanha Stop the Bleeding \(STBc\)](#), irá realizar a quinta edição da Iniciativa de Mídia AFRODAD (AfroMEDI V) de 25 a 27 de março de 2025 em Joanesburgo, África do Sul. Este evento emblemático terá como tema o Papel da Mídia na Promoção da Posição da África sobre Justiça Reparativa.

O tema da União Africana (UA) de 2025 exige justiça para africanos e pessoas de ascendência africana que sofreram com o comércio transatlântico de escravos, colonialismo, desapropriação de terras e exploração, segregação racial, neocolonialismo, exploração econômica, saque do patrimônio e recursos africanos, destruição ambiental, bem como interferências políticas e econômicas, entre outras formas de injustiça. Através do AfroMEDI V, os jornalistas participantes serão capacitados a vincular reparações aos processos de desenvolvimento global e a priorizar reportagens aprofundadas que avancem a posição da África sobre justiça reparativa, com um foco especial em dívida pública e questões relacionadas, incluindo tributação, comércio, trabalho (no contexto do STBc), financiamento climático, justiça de dívida feminista e elementos legais da dívida.

2. Qual é o Problema?

A AFROMEDI tem respondido aos seguintes desafios que os jornalistas africanos enfrentam: (i) Desafio para entender algumas informações e processos complexos sobre a dívida; (ii) Dificuldade em acessar informações para um reporte bem fundamentado sobre a dívida e questões relacionadas. A divulgação pública limitada de termos, taxas de juros e cronogramas de pagamento dificulta a avaliação do verdadeiro custo e das implicações do empréstimo. Portanto, a mídia frequentemente carece de acesso a dados abrangentes sobre os níveis de dívida pública, padrões de empréstimos e custos de serviço da dívida, dificultando sua capacidade de responsabilizar os governos; (iii) Limitações para humanizar informações técnicas de uma maneira que faça sentido e que seja atraente para seu público; e (iv) aqueles que têm capacidade suficiente enfrentam limitações para reportar livremente sobre questões sensíveis relacionadas à Transparência, Responsabilidade e Governança (TAG), incluindo durante os processos eleitorais, que desempenham um papel crucial na formação e democratização do discurso sobre a dívida.

3. Informações de Contexto

A África enfrenta uma de suas piores crises de dívida soberana, que ameaça reverter anos de ganhos no desenvolvimento e esforços históricos de alívio da dívida. De acordo com o Mapa de Risco da Dívida Africana, países como Sudão, Somalilândia, Somália, Gana, São Tomé e Príncipe, República do Congo, Zâmbia, Moçambique, Malawi, Zimbábue, Camarões, Angola, República Centro-Africana, Sudão do Sul,

Etiópia, Chade, Eritreia, Djibuti, Gâmbia, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Tunísia e Quênia estão lutando sob um pesado fardo de dívida. Alguns países foram forçados a implementar políticas severas e cortes orçamentários, deslocando investimentos sociais para o pagamento de empréstimos, levando a agitações, pois os países são forçados a adotar políticas profundamente injustas e impopulares, resultando em agitação civil, como testemunhado no Quênia e na Nigéria em 2024.

A dívida pública, embora seja um componente essencial da política fiscal moderna em todo o mundo, apresenta [complexidades únicas dentro das economias africanas](#). Sua gênese está intimamente ligada ao legado colonial deixado pelas potências europeias, que contribuíram para a acumulação de dívidas odiosas e a transferência de fardos de dívida opressivos para nações africanas independentes, restringindo seus espaços fiscais. As práticas exploratórias e o controle econômico das potências coloniais durante a era colonial resultaram na extração de recursos e na imposição de estruturas econômicas favoráveis aos colonizadores. Ao alcançar a independência, as nações africanas herdaram as dívidas onerosas incorridas pelas potências coloniais, perpetuando a dependência econômica e dificultando o desenvolvimento.

A agenda de reparações no tema da UA de 2025 visa abordar injustiças históricas enquanto trata de questões contemporâneas como racismo sistêmico, exclusão econômica e a marginalização da África na tomada de decisões globais. A injustiça econômica está enraizada no atual sistema financeiro global, que historicamente promoveu desigualdade, pobreza, endividamento e neocolonialismo. Este sistema é dominado por instituições financeiras internacionais, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e os mercados de capitais globais, que são fortemente influenciados por posições filosóficas que priorizam o liberalismo de mercado, a dominância dos credores e a extração de recursos.

A AFRODAD (por meio da AFROMEDI, da Rede de Mídia sobre Dívida da África/M-DNA) tem trabalhado com a mídia para colocar a dívida pública e questões relacionadas na agenda como uma prioridade. Eles também desempenharam um papel fundamental na democratização do discurso sobre a dívida, dando aos cidadãos o poder de influenciar a política de dívida por meio de escolhas eleitorais. Além disso, a campanha STB e vários parceiros em níveis nacional, continental e global têm promovido o movimento pela justiça da dívida com o lema de posicionar a África como criadora de regras e não mais como receptora. O papel da mídia nessa campanha é crucial, pois ela é capacitada a estabelecer a agenda que funciona para o povo do continente. Além disso, junto com organizações feministas, a AFRODAD tem promovido o movimento pela justiça da dívida feminista, e os jornalistas têm um papel crucial para defendê-lo.

4. Justificativa

A mídia desempenha um papel crucial na formação do discurso público, influenciando decisões políticas e chamando a atenção para questões socioeconômicas. Portanto, capacitar jornalistas a estabelecer uma agenda que visa garantir responsabilidade e manter as pessoas informadas sobre processos-chave é fundamental. Assim, é importante envolver jornalistas nesse processo para garantir que os cidadãos estejam informados e engajados. Em resumo, a AFROMEDI oferecerá maior capacidade para reportar sobre justiça reparativa da dívida, humanizando as questões, focando em reportagens baseadas em dados,

oferecendo contexto histórico de injustiça e propondo soluções políticas a partir de entrevistas com pessoas técnicas no espaço da sociedade civil.

O AfroMEDI V ligará estrategicamente o tema da UA a processos e campanhas globais atuais, como o Financiamento para o Desenvolvimento, a presidência da África do Sul no G20, a campanha Stop the Bleeding e a justiça da dívida feminista. Este ano apresenta à África e aos jornalistas do continente um momento oportuno para destacar essas injustiças e avançar na justiça reparativa dentro de vários processos-chave para reverter o curso das injustiças históricas.

5. Objetivos

- i. Capacitar jornalistas a vincular reparações aos processos de desenvolvimento global, orientando assim suas reportagens.
- ii. Aumentar a conscientização sobre a necessidade de reformar as instituições financeiras globais e seus sistemas operacionais.
- iii. Incentivar e orientar jornalistas a reportar estrategicamente sobre momentos e movimentos-chave, incluindo as eleições em 2025.
- iv. Oferecer uma plataforma para engajamento contínuo além do AFROMEDI V.

6. Resultados

- i. Aumento da cobertura sobre dívida e outras questões socioeconômicas, incluindo a promoção da justiça reparativa e a reforma do sistema de financiamento global.
- ii. Prioridade da dívida nos debates eleitorais, manifestos e entrevistas nas eleições de 2025 nos países dos participantes.
- iii. Aumento do número de membros da M-DNA.

7. Escopo

Este ano, os participantes serão selecionados de 34 países africanos, incluindo Angola, Benin, Burquina Faso, Burúndi, Camarões, Chade, Costa do Marfim, República Democrática do Congo (RDC), Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Maurício, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal, África do Sul, Serra Leoa, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

8. Pessoas de Contato

Para mais informações, entre em contato com Vanessa/ vanessa@afrodad.org | Howard/ howard@afrodad.org | Fidélité / fidelite@afrodad.org |

